



A RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO NO PERÍODO REPUBLICANO DO BRASIL

José Roberto da Silva¹

Resumo

O presente artigo faz uma abordagem da relação entre a Igreja e Estado no período republicano, com suas implicações que esse novo regime político trouxe para a sociedade brasileira e para a Igreja Católica Romana, a que no regime passado do imperialismo vivia a situação do padroado, ou seja, gozava regalias junto a este sistema político. Com o advento da república, houve a separação entre Igreja e Estado, o que representou uma mudança muito significativa para a sociedade brasileira. Os representantes da Igreja Católica demonstram certa desconfiança, pelo fato de os novos líderes políticos serem positivistas, expressando a liberdade religiosa para todas as denominações existentes no país. Apesar do receio existente, a Igreja Católica Romana soube se adequar a essa nova situação e posteriormente constituiu-se numa instituição muito importante para o povo republicano do Brasil de modo especial no século XX.

Palavras-Chave: Igreja. Estado. República.

INTRODUÇÃO

A aliança entre Igreja e Estado foi uma das características do regime imperial no Brasil, em que a Igreja Católica Romana era a Igreja oficial do Estado, deste modo gozava de muitas regalias frente ao regime político, sendo muitas vezes alvo de sustentação desse regime. Os anos passam e se observa que esse regime fica defasado, não atendendo mais ao contexto de vida sócio político do povo brasileiro.

O advento da República além de trazer novos rumos para a política nacional trouxe também uma novidade para com a dimensão religiosa, a separação da Igreja e Estado e o fim do padroado. Com isso a Igreja deixou de ser a instituição religiosa oficial, estando nivelada com as demais denominações religiosas existentes no país.

¹ Graduado em História. Especialista em Filosofia, Mestre em Teologia. Docente da Disciplina História da rede Municipal e Estadual de Ensino e História da Igreja na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. E-mail: josefranciscano@hotmail.com



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

Apesar de um período de muitos receios por parte da Igreja Católica, o sistema Republicano em si não representou uma hostilidade para com essa instituição religiosa, o começo da relação entre essas duas esferas da nação brasileira pode ser considerado frio pelo fato de pouca afinidade dos líderes políticos em sua maior parte positivistas com os bispos católicos.

Entretanto, houve um processo de adaptação da Igreja Católica para com o regime republicano, uma vez que não havia mais possibilidade do regime imperialista voltar ao cenário político brasileiro. Deste modo, houve um empenho de se formar a consciência dos católicos sobre o regime republicano e sua função na sociedade brasileira. A Igreja Católica se mostrou ainda uma boa aliada do regime republicano de modo especial no evento de Canudos em que apoiou a República na investida contra essa comunidade que tinha aversão ao regime republicano e mantinha ainda a vivência política e cultural do imperialismo. Tal colaboração, fez com que a vivência dessas duas esferas do Brasil fosse mais amistosa.

É no século XX que de fato, a Igreja Católica vai demonstrar a sua parcela de colaboração para com o povo republicano, de modo especial para com os mais pobres por meio de projetos sociais que davam assistência a essa parcela desfavorecida da sociedade, como da denúncia da falta de políticas que viessem ao encontro das necessidades do povo pobre, excluído e explorado estruturalmente de uma vida digna.

1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

Segundo Aquino (2012), a proclamação da república dada no dia 15 de novembro de 1889, teve uma repercussão bastante positiva, pelo fato de que essa nova página histórica representaria para a nação o desenvolvimento e o progresso necessários para afirmação do Brasil como o advento de uma modernidade ao país. A historiografia da primeira república concorda com essa declaração em que a



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

modernidade no Brasil tornou-se um assunto bastante badalado nas elites brasileiras e entre os intelectuais.

O pensamento corrente à época era de que o regime republicano viesse a conferir um novo estado de cultura na nação brasileira:

Quando a República foi proclamada esses ideais de progresso, desejos de modernidade e projetos de civilidade já faziam parte dos compromissos das elites brasileiras, em virtude, substancialmente, da dedicação e paixão do segundo imperador do Brasil às ciências e às letras. De fato, Pedro II foi responsável pela introdução dos manuais de boas maneiras na Corte, pelo combate ao entrudo, pela constante participação brasileira em exposições e feiras científicas, e pela criação, „em nome da ciência”, da Escola de Minas de Ouro Preto. Pedro II financiou ainda estudantes brasileiros no exterior, com as famosas „pensões”, dos quais se destacaram o advogado Perdigão Malheiros, o pintor Pedro Américo e o engenheiro Guilherme Schüch Capanema (AQUINO, 2012, p. 144).

Percebe-se na citação que a proclamação da República representou um evento que veio a criar uma expectativa com relação a melhoria da qualidade da vida no Brasil, principalmente no que diz respeito a dimensão da ciência como da civilidade, o despertar da identificação republicana no Brasil.

Segundo Aquino (2013) no ínterim desse período de transição do regime político no Brasil, houve pessoas que questionavam de forma negativa a república pelo fato de estarem ainda identificados com o estilo imperial e por outros problemas inerentes ao antigo regime como a manutenção do escravismo o qual ainda não havia sido abolido, dentre outros fatores que eram considerados um estilo de sociedade atrasada no Brasil, sendo essa a visão dos defensores do regime republicano. Neste sentido, houve um empreendimento da parte dos republicanos de persuadir as elites e as classes populares para a mudança.

Neste contexto pode-se dizer que:



[...] os abstratos desejos de civilidade e progresso, associados ao conceito de República, ganharam conteúdo nas reivindicações corporativas do primeiro tenentismo militar assentadas na ideologia intervencionista do “soldado-cidadão, nas campanhas dos propagandistas republicanos mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, nos interesses político- econômicos do Partido Republicano Paulista (PRP), nas pregações e projetos positivistas de Benjamin Constant e do Centro Positivista e da Igreja Positivista do Brasil e nas muitas vozes, de liberais – como as dos “ingleses do senhor Dantas – a ex-proprietários de escravos amedrontados com o enfraquecimento da ordem social – como os republicanos de 14 de maio” – que denunciaram, em diferentes perspectivas, o “poder acéfalo” ou a “macrocefalia” no Império do Brasil, em razão da progressiva ausência de Pedro II nos assuntos públicos e nas constantes mudanças de ministérios, o que comprometeu toda a centralizadora administração imperial considerada incompatível, naquele momento, com as novas condições sociopolíticas do último quartel do século XIX em uma região periférica da economia capitalista (AQUINO, 2012, p. 145).

Com a propaganda da República associada ao progresso, houve um espírito de reivindicações de vários grupos sociais de modo especial os militares e políticos, como de grupos imbuídos do espírito positivistas. Outra coisa que se pode destacar aqui é justamente o processo de aviltamento do regime imperial, devido a falta do imperador nos temas sociais, o que proporcionou uma defasagem no próprio sistema imperial.

Diante dessa nova perspectiva política no Brasil, a Igreja Católica também acompanha de perto as mudanças, de modo que, buscam ter uma relação próxima a esses novos líderes que se inseriam nos novos planos políticos. Essa relação vai sendo construída aos poucos, uma vez que, com o fim do imperialismo a Igreja perde sua influência direta junto ao poder político.

2 A IGREJA E SUA RELAÇÃO COM O REGIME REPUBLICANO

Segundo Matos (2002) Rui Barbosa no dia 7 de janeiro de 1890, apresenta uma redação do texto que aborda a questão da separação entre Igreja e Estado,



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

numa reunião em que se encontrava a equipe de governo provisório da República que fora recentemente proclamada. Neste texto ele coloca a separação de maneira plena de Igreja e Estado, em que extingue o regime do Padroado em seu Artigo 4º. Além da extinção desse tipo de relação Eclesial e Estatal, o texto ainda declara a liberdade de culto para todas as denominações religiosas, como o reconhecimento jurídico de se tornarem sociedades constituídas de modo legal, como de possuírem bens.

Ainda seguindo o raciocínio de Matos, os bispos da época tiveram uma reação resguardada com relação a separação das duas entidades. O que eles abordavam era que tinham receio de como seria o futuro da nação no neo período. Outra coisa que não soou bem foi a nivelção igualitária entre a Igreja Católica e os outros credos religiosos existentes, como também do medo de se instaurar um ateísmo no seio dos líderes republicanos.

As consequências dessa nova realidade foram mudanças significativas que afetaram o status da Igreja católica na época:

Uma semana depois, por meio do Decreto 155-B, de 14 de janeiro, referendou-se o primeiro calendário republicano no qual inexistiram feriados de caráter religioso, inclusive o do Natal. Esses decretos indicaram a índole da transformação sociopolítica que se quis imprimir no novo regime, discursivamente sustentado em bases científico-tecnológicas – a modernidade republicana. Foi o início da Era Pós-Padroado das relações entre Estado e ICAR no Brasil (AQUINO, 2012, p. 146).

Percebe-se que nesse período o regime republicano tenta de maneira bastante enfática determinar sua nova postura em que, tenta quebrar todos os vínculos do antigo regime do imperialismo e do Padroado. Os novos líderes da política brasileira em si, são pessoas dotadas de pensamento positivista e dessa maneira, tentam inserir a sua visão de mundo no novo governo do país.

Essa nova investida do regime republicano faz com que um dos mais influentes representantes da Igreja Católica da época Dom Luiz Antônio dos Santos



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

dirigisse uma carta endereçada ao chefe da república em que adverte sobre as implicações da separação entre Igreja e Estado:

Ilmo. Exmo. Sr. General Deodoro.

A presente é caráter todo reservado.

Meu excelentíssimo Amigo Sr. General, depois de muitas notícias animadoras que aqui tem circulado, anunciou o telégrafo há dois dias que em breve serão publicados os Decretos da separação da Igreja do Estado, casamento civil e secularizado dos cemitérios.

A presença de Vossa Excelência a frente do Governo provisório é uma garantia para a sua fé. Eu não creio, portanto, que tal aconteça. Mas, Exmo. Sr. General, a gravidade do assunto é tal, que todo o conceito que vossa Exa merece de quantos o conhecem de perto não pôde ainda tranquilizar e é para tirar de minha consciência esta tribulação que venho rogar a V. Exa., pelas entranhas de Nosso Senhor Jesus Cristo, não consistam que façam da gloriosa espada de V. Exa., instrumento de destruição da fé do povo brasileiro; do mesmo modo, não deixe que deslustre um nome – até aqui venerado e hoje idolatrado por esse povo que por confiar na pessoa de V. Exa., abraçou sem temor e com toda a confiança a nova forma de governo que hoje temos.

V. Exa., conhece de ciência própria o que é a fé no coração dos nossos compatriotas. Tocar nesse dom precioso que Deus nos deu será um justo motivo de desgosto, que certamente fará nascer qualquer desconfiança da parte dos brasileiros para com V. Exa. e que foi o penhor da segurança e de ordem que o povo reconheceu na nova ordem das coisas [...] Não deixe V.

Exa. que o desviem do caminho edificante que toda a sua família tem seguido na Igreja de Deus... (SANTOS *apud* MATOS, 2002, p. 257).

Percebe-se que o conteúdo da carta do Bispo da Bahia dirigida ao Marechal Deodoro da Fonseca, é uma carta com um conteúdo bastante cordial, contudo, as palavras chaves, ou a centralidade dessa carta se encontram na forma como o bispo vê a nova situação de governo do Brasil e coloca também seus temores com relação ao novo regime. Neste sentido, ele pede para que o general não se deixar levar por opiniões dos positivistas, como também para que não deixe que nenhuma intervenção venha a acontecer com relação a Igreja Católica, na condição de fé do



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

povo, ao mesmo tempo em que relembra as raízes religiosas da família do general oriundas do catolicismo.

Apesar do receio por parte da Igreja Católica com relação ao regime republicano, o fato é que a Igreja Católica foi acompanhando bem o desenvolvimento desse novo regime político, em que, apesar de não ter mais as regalias anteriores, também não sofreu nenhum tipo de afronta ou influência diretamente dos representantes do sistema republicano.

Segundo Lima (2001) coloca que a Igreja na condição de povo de Deus deveria se ater ao serviço de governar, santificar e ensinar os fiéis sobre as coisas inerentes a ela, mas também da situação nova em que se encontrava o país. Deste modo, viu necessário informar ao povo católico da situação sem retorno que passava a nação com a instituição da República.

Neste sentido pode-se afirmar que:

Era nisso que o ensinamento da Igreja adaptável a qualquer sistema político legítimo, que católicos republicanos de várias formações assentavam a força de sua militância política. Seu programa incluía o convencimento da população católica de que era definitivo o regime republicano; e de que, com a liberdade religiosa, a Igreja se abria para um espaço muito mais amplo, inclusive para o do campanha de postulados católicos na vida pública, através de representantes no Legislativo. Por outra vertente, a opinião dos católicos monarquistas criticava a ideologia agnóstica professada pelo governo e exaltava a legitimidade do antigo declarando-se oposição. Espreita também todas as falhas do regime republicano e alardeava seu erros (LIMA, 2001, p. 148).

Percebe-se na opinião do autor que a Igreja Católica, agora tinha uma nova perspectiva de ação junto ao seu rebanho de fiéis que era justamente, a conscientização de que a República era o governo agora definitivo da nação e que com a liberdade religiosa concedida não somente para a Igreja Católica, como para as demais denominações, como da questão de ser sociedade jurídica, fazia com que esta instituição tivesse a necessidade de ter representantes seus junto ao sistema



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

de governo. Porém, ainda existia a divergência de alguns favoráveis ao imperialismo, mas que sua representação não teve ênfase no corpo político.

Para o regime republicano, o que importava era sua inserção e afirmação, não importando que tipo de religião deveria ser a predominante no país, pois, o que era interesse dos republicanos era o viés político e não a vertente religiosa. Por essa razão, o regime republicano sempre teve a política como sua base de pensamento e de ação.

Uma das vezes em que a República e a Igreja trabalharam juntas, foi no evento de Canudos em que os militares do regime republicano tiveram a ajuda da Igreja Católica para extinguir esse movimento:

Por outro lado, o governo reprimia o movimento de Canudos, que pregava ideias anti-republicanas, proféticas e escatológicas. E a República encontrou na Igreja fiel aliada, dissipando dúvidas e firmando certezas. Abriam-se os atalhos em favor da possibilidade de uma convivência pacífica, senão de uma velada colaboração entre os poderes eclesiástico e civil, tudo pela concórdia da nação. (LIMA, 2001, p. 148).

A República tem como meta manter seu estilo de governo junto ao povo brasileiro, deste modo, o movimento de Canudos era tido como uma ameaça para o regime republicano pelo fato de se manter fiel ao imperialismo e fazer da religiosidade popular uma força de tecer uma persuasão nas pessoas que eram militantes do movimento. Portanto, a união colaborativa entre a República e a Igreja Católica, foi importante para determinar o fim desse grande movimento de Canudos, o que favoreceu a uma vivência mais amistosa entre a entidade civil e religiosa.

Com o passar do tempo a Igreja vai sendo cada vez mais prestadora de serviços importantes para o povo da República, desenvolvendo programas sociais que vão de encontro aos necessitados, programas esses em que o próprio sistema republicano devido as determinadas circunstâncias não oferecia para a população, então a Igreja se inseria melhor nessa perspectiva.



3 A COMPREENSÃO E AÇÃO DA IGREJA NA REPÚBLICA DO SÉCULO XX

Segundo Matos (2003) após o período da segunda Guerra Mundial (1939-1945), surgem novos problemas. Do ponto de vista internacional os países em desenvolvimento se caracterizam pela eclosão de um sentimento de nacionalismo, como da busca de autonomia e desenvolvimento. O mundo encontra-se dividido em dois blocos: o capitalista (Estados Unidos) e o comunista (URSS). No Brasil, ocorre o fim da Ditadura de Getúlio Vargas e um novo governo democrático, tendo como presidente, Eurico Gaspar Dutra.

Antes de Getúlio Vargas ser afastado o então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara em seu nome e do episcopado nacional lança uma opinião com linhas políticas sobre o processo de democracia no Brasil:

Lemos nesse documento: “Confiamos em que, em um país nascido e civilizado sob o signo da Cruz, como o Brasil, as diferentes agremiações partidárias, legitimamente divididas em outros pontos, concordem em acatar a liberdade da Igreja e as reivindicações da nossa consciência religiosa que são as da quase totalidade da sua população. É medida de alta sabedoria inspirada no desejo sincero de conservar a harmonia entre o poder civil e a consciência espiritual da nação” (REB 1945 *apud* MATOS, 2003, p. 132).

Pode-se perceber que o Episcopado Brasileiro tenta junto ao poder político do Brasil, enquanto instituição religiosa se diga de passagem, a mais antiga e organizada do país, tenta manter certa influência ao poder político nacional. Porém o que acontece é que o mundo ocidental está passando por um processo de secularização, em que as sociedades têm uma inclinação para o pluralismo, como da liberdade religiosa.

Mesmo com esse novo contexto de mudanças sociais, religiosas, ideológicas, a Igreja Católica no Brasil desenvolve um papel de protagonista junto a sociedade, principalmente as camadas mais sofridas da população, desenvolvendo projetos que tem como objetivo ajudar a amenizar o sofrimento desse povo.



I SEMANA NACIONAL DE
**TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO**
I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião



Religião em Movimento:
Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI

ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

201

Diante disso pode-se dizer que:

O contato imediato e persistente com o sofrimento diário do povo, sobretudo do interior, deu margem a uma nova conscientização em significativos setores da Igreja. A descoberta direta das bases do Povo de Deus fez com que se começasse a repensar a atuação da Igreja na sociedade brasileira. A visão crítica de uma realidade nacional marcada por pobreza crônica e exclusão estrutural permitiu ler com os olhos do Evangelho, para nele detectar valores até então pouco enfatizados (MATOS, 2003, p. 134).

Percebe-se que a Igreja Católica no Brasil, assumiu o protagonismo no que se diz respeito a ações voltadas para a assistência ao povo pobre da nação. Com a inspiração do Evangelho e da Pessoa de Jesus que sempre teve predileção pelos excluídos como os destinatários do Reino dos Céus, também ela se coloca a ser esse sinal de esperança para os que se encontram desvalidos.

Segundo Matos (2003) o bispo diocesano Dom Frei Inocêncio Engelke ao lançar uma carta pastoral faz um processo de denúncia da situação em que se vive o homem e a mulher do campo, os quais viviam em situações desumanas, chamando a atenção para que se fizesse um reforma agrária em caráter de urgência.

O conteúdo da carta é bastante contundente com relação ao contexto de vida que vive o povo do campo:

É vedado que a situação social do trabalhador rural é, em regra infra-humana entre nós. Merece o nome de casa os casebres em que moram? É alimento a comida que dispõem? Podem-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem vida, sem ideais? [dirigindo-se aos “patrões cristãos”, pondera Dom Engelke] Não leveis com vossa atitude, à idéia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O cristianismo não se contenta com nossas esmolas – exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dar-lhes uma condição humana e cristã. E isso não como pavor da derrota, mas por uma questão de fé, pois a fé nos ensina que sendo todos filhos de um mesmo Pai que está nos céus, somos todos irmãos. Há de haver lugar na terra



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

para todos nós. Deus não errou a conta, e o mundo há de abranger-nos, sem necessidade de mutuamente nos devorarmos (ENGELKE, 1950 *apud* MATOS, 2013).

Percebe-se que o Bispo tem uma visão bastante contextualizada da situação que vive o povo sofredor sem casa, sem comida, sem assistência médica, sem mesmo, roupas de qualidade para vestir. A denúncia vai de encontro com situação de provável descaso de autoridades. Outro fator de destaque na carta desse bispo é justamente a direção que faz para os patrões para que de fato sejam cristãos e motiva-os agirem de modo pleno no seu ofício, conferindo uma condição de vida cristã para seus empregados.

Segundo Matos (2003) esse empreendimento da Igreja em prol dos pobres da nação republicana, se fez de maneira mais aplicada nas décadas seguintes, em que principalmente nos anos 60 e 70 ela foi sinal de profecia e apoio aos perseguidos do regime militar no Brasil (1964 – 1985) em que personalidades da Igreja como Dom Hélder Câmara e os outros bispos membros da CNBB, foram decisivos para a construção da conscientização do povo brasileiro em termos de vivência da política como algo fundamental da vida, como da participação dos leigos no protagonismo da Igreja Católica. Essa ação da Igreja demonstra todo um compromisso desta com a sociedade brasileira. Esse ideal foi seguido pela maioria das Igrejas do continente latino americano.

Ainda seguindo o pensamento de Matos, com relação a inserção da Igreja no Novo Milênio se observa que a Igreja mantêm-se como instituição que está ao lado do clamor do povo sofrido, em que essa consciência eclesial, se centra na pessoa de Nosso senhor Jesus Cristo, que por sua vida e ensinamento mostra que a vivência é comunitária.

Neste sentido, são as comunidades que devem conferir vitalidade na busca de Deus e na construção de uma nova sociedade:



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

203

O povo brasileiro é espiritual e místico. Não passou pela escola dos modernos mestres da suspeita que em vão tentaram deslegitimar a espiritualidade e a religião. Para o povo Deus não é um problema, mas uma solução para seus problemas e para o sentido derradeiro do seu viver e de seu morrer. Ele sente Deus acompanhando seus passos celebra-o nas expressões do cotidiano como “meu Deus”, “graças a Deus”, “Deus lhe pague”, “Deus o acompanhe” “queira Deus” e “Deus o abençoe”. Invoca-o em todos os momentos de alegria e de aperto existencial. E testemunha os milagres que Deus faz para salvá-lo de tantas tribulações em que é metido por séculos de opressão e exclusão... Se não tivesse Deus em sua vida, certamente não teria resistido com tanta fortaleza, humor e sentido de luta (MATOS, 2003, p. 257).

Percebe-se que a fé é o veículo que conduz a vida do povo de Deus na república brasileira, de modo que essa percepção da ação do divino na vida faz parte do dia a dia e que se encontra inserido não só na espiritualidade, mas também na cultura do povo. A Igreja Católica Romana com sua participação direta na vivência espiritual e cultural do povo brasileiro contribui para que essa vontade de viver mesmo diante de todas as situações adversas mantenha o povo firme na busca de um Brasil mais humano e fraterno. Deste modo a Igreja Católica continua sendo uma presença profética e marcante na vida do povo republicano do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente que o regime Republicano no Brasil se instaurou num momento histórico em que o imperialismo já não atendia mais aos anseios da política e da classe elitista nacional. Os intelectuais da nação estavam depositando a sua esperança na República a qual era tida como uma modernidade para tirar o Brasil do atraso do regime imperialista.

Com a Proclamação da República, houve mudanças que proporcionaram uma nova roupagem da política nacional. A separação entre Igreja e Estado foi um dos acontecimentos que vieram a caracterizar essa nova vivência política no Brasil. Portanto, a Igreja Católica Romana perde o seu posto de status junto ao governo e é



ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

declarada uma entidade jurídica igual as demais expressões religiosas existentes no Brasil.

Foi notório que a vivência entre o regime republicano e a Igreja Católica foi permeada pelo indiferentismo, mas não houve intervenção do estado contra essa instituição religiosa, situação que era bastante temida pelas lideranças religiosas católicas na época.

Ficou evidente que o processo de aproximação dessas duas instituições se deu no momento em que movimentos contrários ao regime republicano ameaçavam do ponto de vista ideológico a continuidade desse regime político. Canudos foi um dos movimentos mais destacáveis da época e a República recebeu o apoio da Igreja para exterminar tal movimento. Deste modo, houve uma vivência pacífica entre ambas.

A Igreja Católica Romana destaca-se de modo mais enfático na República no século XX, em que por meio de programas sociais davam assistência as classes desfavorecidas da sociedade, ajudando o povo a vencer com fé em Deus e com trabalho, ao mesmo tempo em que denuncia o sistema de pobreza estrutural a que o povo pobre da República era explorado pelas classes dominantes. Desta forma conclui-se que a Igreja Católica exerceu um papel importante na República no que se refere a sua intervenção em prol dos pobres e sofredores da República Federativa do Brasil, conferindo conscientização e esperança na construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

REFERENCIAS

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 – 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/07.pdf> . Acesso em 06 dez 2013.

LIMA, Mons. Maurílio César de Lima. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauero, 2001.



I SEMANA NACIONAL DE
TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO

I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião



Religião em Movimento:

Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI

ST 3: RELIGIÃO, FÉ, POLÍTICA E PROFETISMO

205

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História** – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 2. São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. **Nossa História** – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3. São Paulo: Paulinas, 2003.